

II Seminário de Pós-Graduação em Políticas Públicas

Outubro, 2018, Curitiba

**Agricultura familiar e compras institucionais: um estudo de caso sobre as aquisições na
Universidade Federal do Paraná**

Agricultura familiar e compras institucionais: um estudo de caso sobre as aquisições na Universidade Federal do Paraná

Bernardo de Almeida Villanueva¹

Anderson Catapan²

Resumo: A agropecuária é uma das principais atividades econômicas do Brasil, sendo a agricultura familiar a principal atividade econômica da maioria dos municípios. O presente artigo apresenta um estudo de caso sobre a política pública de aquisição de alimentos para abastecimento de órgãos governamentais, tendo como foco a Universidade Federal do Paraná, que foi a pioneira neste tipo de aquisição entre as universidades federais brasileiras. Como instrumento de pesquisa optou-se por uma abordagem exploratória, com análise de dados das aquisições da UFPR e aplicação de questionários a servidores da UFPR envolvidos no processo. O propósito da pesquisa é chegar a um diagnóstico das aquisições via Programa de Aquisição de Alimentos neste órgão público visando compreender quais pontos precisam ser aprimorados para consolidação do programa como algo plenamente difundido.

Palavras Chave: agricultura familiar, compras públicas, Programa de Aquisição de Alimentos, Universidade Federal do Paraná.

1. Introdução

O Brasil é uma das potências agrícolas mundiais e chegou a esta posição com tecnologias de manejo capazes de converter solos pobres em terra fértil e a adoção de ciclos diferenciados de cultivo que permitem o aproveitamento de terras em todas as condições climáticas, além de contar com produtores que foram capazes de combinar esses conhecimentos a oportunidades existentes no mercado (LOPES, 2017).

O agronegócio brasileiro tem sido um setor estratégico e, como tal, desempenhou papéis relevantes na configuração estrutural da sociedade brasileira, bem como na evolução e desempenho da economia. Nas últimas décadas, tem desempenhado um papel anticíclico, como um fator que estimula a economia como um todo. Desde o lançamento do Plano Real

em 1994, o comportamento dos preços agrícolas reais foi uma das âncoras do plano de estabilização bem-sucedido (BUAINAIN; GARCIA, 2010).

Este setor da economia, além de apresentar papel estratégico para a geração de desenvolvimento econômico e na geração de emprego e renda, tem a capacidade de contribuir para a segurança alimentar, a redução da pobreza e da desigualdade no país, bem como ser decisivo para elevar a qualidade ambiental dos ecossistemas (GARCIA; VIEIRA FILHO, 2014).

Dados do IBGE (2010) apontam que 46,7% das pessoas na linha de extrema pobreza no Brasil no período pesquisado tinham domicílio em área rural, apesar de apenas 15,6% da população morar no campo. Um em cada quatro brasileiros que viviam no campo se encontrava em extrema pobreza (MEDINA *et al.*, 2017).

A agricultura familiar engloba qualquer atividade agrícola de base familiar e tem ligação a várias áreas do desenvolvimento rural, consistindo em um meio de organização da produção gerenciada e operada por uma família e sendo tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento a forma predominante de agricultura no setor de produção de alimentos (FAO/ONU, 2014).

A aquisição de seus produtos por parte de órgãos governamentais está em evidência, com tendência de expansão para o futuro e presença na agenda governamental. Diante desta realidade, Gelinski e Seibel (2008), apontam que ao se analisar as particularidades e os sucessos e insucessos de políticas e programas, permite-se uma reflexão profunda que pode conduzir ao aprimoramento dessas práticas.

A Universidade Federal do Paraná foi pioneira ao realizar a compra direta de produtos vindos da agricultura familiar, no ano de 2012, visando abastecer seus restaurantes universitários, comprando inicialmente uma quantia de arroz, porém com perspectivas de expansões futuras (BRASIL, 2012), sendo, portanto, uma instituição interessante para se analisar a efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Em função dos fatos expostos, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são os aprendizados que se pode extrair da experiência da UFPR para um possível aprimoramento do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra Institucional?

Como hipótese, assume-se que os volumes de aquisição pelos órgãos públicos tem potencial para ser aumentados, dependendo, porém, de ajustes ao longo do processo. Desta forma, o objetivo principal é apresentar a experiência da Universidade Federal do Paraná com suas aquisições via Programa de Aquisição de Alimentos e estabelecer possíveis pontos de

aprimoramento para que os volumes de compra possam ser aumentados e conseqüentemente haja impacto final no desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar.

Os objetivos específicos propostos para a pesquisa são: verificar o histórico das compras via PAA na UFPR; analisar a evolução destas compras ao longo do período; compreender os principais fatores que podem ser aprimorados para que as aquisições sejam mais volumosas e eficientes.

Para tanto, o trabalho está organizado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico. Na terceira seção, apresenta-se a metodologia e os principais aspectos norteadores da pesquisa. Na quarta seção, apresentam-se os resultados e uma discussão sobre o tema e, então, abordando dados e informações sobre as aquisições via PAA na UFPR e então apontando as visões dos gestores da UFPR quanto às compras via PAA na instituição. Por fim, na última seção, apresentam-se as considerações finais.

2. Referencial Teórico

2.1. Política agrícola e dados econômicos

O desenvolvimento de uma sociedade resulta de decisões formuladas e implementadas pelos governos em conjunto com as demais forças vivas da sociedade, sobretudo do mercado. Essas decisões e ações, em seu conjunto, constituem o que se denomina genericamente de políticas públicas (HEIDEMANN; SALM, 2009).

Política agrícola, por sua vez, é o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, destinado a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias tanto no sentido de garantir o pleno emprego, o abastecimento interno e externo, como de harmonizá-las com o processo de industrialização (D'ASSUMPÇÃO, 1996).

Além da importância na geração de renda, o agronegócio participa efetivamente na ocupação de mão de obra, com destaque para a agricultura que é responsável pelo emprego de cerca de 17 milhões de pessoas, que somadas aos outros 10 milhões dos demais setores do agronegócio, totalizam 27 milhões de pessoas em plena atividade (CONTINI, 2015).

Conforme a SAF (2017), quatro milhões de famílias atuam na agricultura familiar, totalizando 13,6 milhões de pessoas e respondendo por 84% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil e 74% dos postos de trabalho no meio rural, bem como 38% do valor bruto da produção agrícola é proveniente da agricultura familiar.

De acordo com o MAPA (2010), apesar de ser um fornecedor global de produtos do agronegócio, cerca de 70% da produção do agronegócio brasileiro se destina ao mercado nacional e esta demanda gera uma forte previsibilidade de mercado, o que permite o planejamento de expansões.

O Censo Agropecuário de 2006 apontou para o fato de que o setor agropecuário brasileiro era composto por mais de 5,17 milhões de estabelecimentos (IBGE, 2006). Em 2010, o Brasil ainda possuía um significativo contingente populacional vivendo na área rural, tendo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) apontado que a população rural brasileira era de 29,83 milhões de pessoas.

2.2. A agricultura familiar e seu potencial para o desenvolvimento econômico

Como o trabalho é o recurso mais abundante para os pobres, não é surpreendente que a maioria de experiências com a redução da pobreza tenha ocorrido onde as políticas apoiaram a criação de trabalhos atrativos e acessíveis às populações mais pobres. Desta forma, dada a concentração de lares pobres no meio agrícola, esta estratégia passa, em parte, por tornar as atividades agrícolas mais produtivas, com mercados e tecnologias aprimorados, direitos de propriedade fortalecidos e melhores métodos de gerenciamento de risco (CORD, 2007).

Mesmo com a agricultura sendo a maior fonte empregadora do mundo, aproximadamente três quartos do 1,4 bilhão de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza são residentes em áreas rurais, com a maior parte delas dependendo da agricultura para sobreviver (HLPE, 2013 *apud* PATRIOTA *et al.*, 2016). Além disto, enquanto a maior parte dos alimentos no mundo é produzida por agricultores familiares, é em áreas rurais que se encontra a maior parte da população mundial em situação de insegurança alimentar e vulnerável a eventos climáticos extremos, à perda da biodiversidade e à degradação dos solos (PATRIOTA *et al.*, 2016).

O interesse em impulsionar a agricultura com técnicas consideradas modernas perante os métodos usuais da agricultura foi acompanhado de uma série de políticas que incentivaram sua adoção, o que possibilitou um avanço significativo em termos de produção de produtos com apelo do mercado (REDIN E FIALHO, 2010).

A visão meramente econômica da atividade agrícola deixa de lado aquelas famílias de agricultoras que contam com poucos fatores de produção (terra, mão de obra e capital) e produzem para o autoconsumo e, muitas delas, não conseguem acompanhar a evolução da modernização. Apesar de algumas tentativas do Estado, acabou-se deixando os agricultores

familiares a margem do processo dos benefícios do aparato de assistencialismo e tentativas frustradas de integrá-los ao mercado exportador não corresponderam aos interesses do desenvolvimento econômico (REDIN E FIALHO, 2010).

Apesar do grande aumento da produtividade na agricultura brasileira nas últimas décadas, os ganhos de eficiência tecnológica se aplicam a apenas 10% dos estabelecimentos agrícolas (os mais ricos), que são responsáveis por 85% do valor bruto da produção. Assim, para se promover o desenvolvimento da agricultura brasileira, será preciso incorporar o crescimento com a inclusão produtiva (GARCIA E VIEIRA FILHO, 2014).

Recentes resultados geraram reconhecimento das contribuições da agricultura familiar para o crescimento econômico inclusivo, não apenas desempenhando papel fundamental na criação de postos de trabalho e no suprimento da maior parte dos alimentos para mercados domésticos em expansão, ajudando a controlar pressões inflacionárias e a reduzir a dependência de importações, mas também contribuindo como consumidor de produtos industriais (maquinário, insumos, fertilizantes, etc.) e serviços (infraestrutura, moradia, extensão rural, etc.), em alguns casos até potencialmente gerando efeitos econômicos anticíclicos (FRANÇA E SANCHES, 2016).

A agricultura familiar está atualmente no centro de uma agenda muito mais ampla, que transcende considerações meramente setoriais ou produtivas por integrar outras dimensões, como o desenvolvimento regional e territorial, a saúde pública e nutrição, a promoção da autonomia e igualdade das mulheres rurais e a conservação da biodiversidade e manejo sustentável dos recursos naturais (FRANÇA E SANCHES, 2016).

A lição que a América Latina tem a oferecer é clara, se notando que o fortalecimento da agricultura familiar é um processo político que se constrói no diálogo democrático participativo, nas lutas sociais, na criação e implementação de políticas públicas, na compreensão e na valorização da grande diversidade do setor, e nos esforços para forjar alianças entre diversos setores e alcançar objetivos em comum (FRANÇA E SANCHES, 2016).

No entanto, as políticas públicas voltadas para o campo brasileiro nas últimas décadas não estão conseguindo atender as reais necessidades dos agricultores familiares, uma vez que, em sua maioria, priorizam o latifúndio e as culturas de exportação em detrimento da pequena propriedade familiar (SANTOS, 2011).

TÁVORA (2003) destaca que dentre os grandes problemas a serem enfrentados pela agricultura familiar, destacam-se a dificuldade de inter-relacionamento do público com o sistema bancário, direcionamento de recursos devido a riscos, problemas de garantia, falta de

parâmetros para verificação da eficácia das aplicações, entre outros, tendo o setor dimensões que englobam aspectos políticos, tecnológicos, econômicos e, sobretudo, sociais. Dessa forma, o tratamento dessa questão continuará a ter sua importância no plano nacional.

2.3 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O escopo de programas voltados para a agricultura familiar se expandiu em 2003 quando foi instituído, através da Lei nº 10.696/2003, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), baseado em pagamento de preços maiores dos que os constatados em mercados tradicionais e buscando aumentar a renda e a inclusão econômica e social dos agricultores familiares, através da criação de novos canais de venda em grande parte caracterizados por conformarem circuitos curtos de comercialização (OLIVEIRA E BACCARIN, 2016).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem como principais objetivos: o incentivo à agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social através da produção com sustentabilidade, processamento de alimentos e industrialização e geração de renda; o incentivo ao consumo e à valorização dos alimentos oriundos da agricultura familiar; combater a insegurança alimentar e nutricional; promover o abastecimento alimentar; constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; apoiar a formação de estoques por cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (MDS, 2017).

No processo de expansão e aprimoramento do PAA, foi criada a modalidade Compra Institucional do PAA, na qual Órgãos Federais, Estados, Distrito Federal e Municípios podem comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar, através de chamadas públicas, utilizando seus próprios recursos financeiros, com dispensa de procedimento licitatório (MDS, 2017).

A modalidade Compra Institucional do PAA permite que agricultores familiares e análogos possam vender seus produtos a instituições federais, estaduais e municipais que fornecem refeições, como hospitais públicos, forças armadas, presídios, restaurantes universitários, hospitais universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros (MDS, 2017).

Entre os benefícios da modalidade Compra Institucional estão a promoção de uma alimentação mais saudável; a qualificação da produção de alimentos do agricultor familiar para atender às exigências do mercado; a abertura de um novo canal de comercialização da

produção dos agricultores familiares; a utilização do poder de compra dos órgãos governamentais para aquecer a economia local e a contribuição dos órgãos governamentais para a inclusão social e produtiva dos agricultores familiares (MDS, 2017). A SAF (2017) estima o potencial do mercado institucional, entre PAA, PNAE e compras públicas em R\$4,5 bilhões.

De acordo com o MDS (2017), o Decreto nº 8.473/2015 determina que, do total de recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, ao menos 30% deverão ser utilizados para aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e análogos.

3. Metodologia

Para se responder a este problema de pesquisa, optou-se por uma abordagem exploratória. Conforme GIL (2010), as pesquisas classificadas dessa forma permitem uma maior familiaridade com o problema, além de possuírem bastante flexibilidade, pois permitem considerar vários aspectos em relação ao objeto de estudo. De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007), através da pesquisa exploratória, o pesquisador é capaz de descrever com precisão a situação estudada, bem como desvendar as relações que ocorrem entre seus componentes.

Do ponto de vista da abordagem do problema, optou-se por uma pesquisa com abordagem quanti-qualitativa. Neste sentido, utilizaram-se como fontes de coleta de dados artigos científicos, periódicos, portais oficiais do governo, livros, teses e dissertações que ajudam a melhor compreensão do tema estudado, além de dados de contratos, editais de chamadas públicas e portais de transparência. Além disto, realizou-se entrevista do tipo semi-estruturada com gestores que operam o objeto do estudo para melhor compreensão dos dados levantados.

Na seção de Resultados e discussão, agrupou-se informações sobre as chamadas públicas realizadas pela UFPR desde o início do PAA – Compra Institucional, em 2012, sendo analisados editais, contratos e dados do Portal da Transparência do Governo Federal relativos a empenhos e pagamentos, além de entrevistas com o Diretor do Restaurante Universitário e com a Coordenadora de Nutrição do Restaurante Universitário, visando ter uma visão das aquisições que pudesse ir além da análise de dados disponíveis publicamente.

A escolha da análise do PAA – Compra Institucional especialmente na Universidade Federal do Paraná se deve ao fato da instituição ter sido pioneira na área e pelo fato de possuir restaurantes universitários com autogestão que servem alto volume de refeições, representando um grande potencial de se tornar uma liderança nas compras da agricultura familiar.

4. Resultados e Discussão

Nesta seção é apresentado um histórico das chamadas públicas realizadas pelas UFPR, com início no ano de 2012, abordando os principais aspectos pertinentes a elas, como gêneros ofertados, quantias, volumes potenciais e realizados.

Em momento posterior, são abordados os principais aspectos apontados nas entrevistas realizadas com gestores dos Restaurantes Universitários da UFPR, abordando suas percepções decorrentes de experiências anteriores e potenciais pontos que possam permitir aumento do volume de compras.

4.1 Histórico e dados sobre as chamadas públicas na UFPR

Os restaurantes universitários da Universidade Federal do Paraná contam com quatro unidades próprias da cidade Curitiba, nas quais faz autogestão, e outras cinco unidades em municípios do interior do Paraná, com serviço terceirizado (UFPR, 2017).

As unidades do restaurante universitário localizadas no município de Curitiba são abastecidas através de gêneros alimentícios adquiridos através de licitação e, a partir do ano de 2012, a UFPR iniciou as compras de cooperativas de agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

No ano de 2016, foram servidas 1.807.747 refeições nas unidades de Curitiba, com um consumo gasto total com gêneros alimentícios no valor de R\$4.894.403,66 (UFPR, 2017). Segundo CORREIA (2017), anualmente se consome nos restaurantes universitários gerenciados pela UFPR cerca de 100.000 quilogramas de arroz, entre parboilizado e integral, 60.000 quilogramas de feijão, entre preto e carioca, e 200.000 quilogramas de carnes em geral, além de grandes volumes de outros gêneros hortifrutigranjeiros e semiperecíveis.

As chamadas públicas foram realizadas na modalidade presencial, com oferta dos itens desejados pela UFPR e apresentação presencial de propostas pelas cooperativas, numa modalidade em que o menor preço ofertado ficaria responsável pelo fornecimento do item.

A primeira chamada pública realizada pela UFPR, conforme edital de Chamada Pública n.º 01/2012-GR/PRA, ocorreu no ano de 2012, prevendo a compra de 1.000 quilogramas de arroz parboilizado, tendo como vencedora uma cooperativa de assentados do município de Querência do Norte, localizada a pouco mais de 600 quilômetros de Curitiba, com entrega integral dos produtos no início de 2013.

No ano de 2013, com o sucesso da primeira chamada pública, a UFPR aumentou a quantia de gêneros e os volumes adquiridos, levando ao chamamento público 27 itens, além de outros 13 itens que não tiveram propostas. O valor previsto para estas aquisições chegava a R\$ 892.750,00, com previsão do início do fornecimento durante o ano de 2014.

Os itens ofertados nesta chamada pública foram vencidos por cooperativas de Querência do Norte – PR, Capanema-PR e Erechim – RS, sendo Erechim o município mais próximo a Curitiba, estando a uma distância de pouco menos de 500 quilômetros. Dos valores inicialmente previstos, foram adquiridos apenas R\$78.174,68, o que, segundo DAL LAGO (2017), se deveu ao entendimento que havia à época, em que se previa gerenciar a chamada pública como uma ata de registro de preços, em que não há obrigação de compra.

No ano de 2015 realizou-se a terceira chamada pública, sendo solicitado o fornecimento de 34 itens (UFPR, 2015), dos quais 25 não tiveram proposta apresentada ou ainda tiveram proposta acima do teto previsto para compra. Compareceram à chamada pública cinco cooperativas, sendo que apenas três venceram algum item. De acordo com DAL LAGO (2017), para esta chamada pública houve uma maior atenção para que os volumes fossem planejados de forma que pudessem ser integralmente adquiridos.

As cooperativas vencedoras desta chamada pública estavam localizadas em Colombo e Lapa, na região metropolitana de Curitiba, e Carlos Barbosa –RS, localizada a pouco mais de 600 quilômetros de Curitiba, porém estando esta responsável apenas pelo fornecimento de um item.

Dos recursos previstos para compra, de aproximadamente R\$84.000, foram executados aproximadamente 88%. De acordo com DAL LAGO (2017), esta diferença de volume se deu em itens que acabaram não sendo adquiridos pela mudança no perfil dos cardápios em função dos contingenciamentos de orçamento da unidade.

Em 2016 a UFPR projetava aumentar sua participação com gêneros da agricultura familiar, aumentando os volumes de gêneros semiperecíveis que já vinham sendo fornecidos e passando a adquirir também hortifrutigranjeiros. O primeiro edital, de semiperecíveis, sofreu recursos após sua publicação, sendo o principal questionamento de que deveria haver uma homologação de todas as cooperativas que desejassem fornecer determinado item, sem

concorrência, sendo o preço de referência inicial o valor a ser pago pelo item (DAL LAGO, 2017).

Conforme DAL LAGO (2017), a possível homologação de diversos fornecedores para abastecimento de um mesmo gênero poderia gerar problemas na logística de recebimento. Além disto, não houve clareza quanto aos critérios que seriam adotados para estabelecimento dos preços e a ausência de concorrência poderia onerar os valores de compra, que no cenário de contingenciamento de despesas posto poderia se tornar um problema. Por hora, os trabalhos para publicação de editais direcionados à agricultura familiar via PAA foram paralisados para que análises internas possam ser feitas, visando readequar os editais, as condições de abastecimento e os critérios de estabelecimento de preços.

Com relação às percepções dos gestores do restaurante universitário, DAL LAGO (2017) afirma que a experiência foi bem sucedida até o momento e os produtos não apresentaram diferenças de rendimento significativas com relação àqueles fornecidos via licitações tradicionais. Alguns problemas operacionais, porém, dificultam a ampliação das compras via PAA, quais sejam:

- O restaurante universitário costuma ser bastante flexível em suas compras e as cooperativas não raramente precisam que volumes grandes sejam entregues para justificar o custo do frete, o que se torna uma dificuldade logística, seja da parte da cooperativa com relação às entregas, seja da parte da UFPR, que acaba recebendo volumes maiores do que gostaria. Além disto, as grandes distâncias se tornam um entrave quando há necessidade de se realizar trocas ou se realizar pedidos urgentes.
- Alguns produtos apresentaram problemas de contaminação mesmo estando dentro de suas datas de validade. Além disto, alguns produtos estavam fora do padrão de qualidade contratado, apresentando índice de resíduos nas embalagens acima do praticado pelo mercado.

Quanto às perspectivas futuras, CORREIA (2017) afirma que o principal atrativo para a equipe de nutrição do restaurante universitário nas compras da agricultura familiar é a possibilidade de se oferecer aos alunos da UFPR uma alimentação mais saudável, sobretudo através da utilização dos produtos orgânicos e agroecológicos, porém a previsão de que se pague mais caro por estes itens dificulta este tipo de aquisição.

Novas aquisições estão em pauta, segundo Dal Lago (2017), porém ainda dependem de adaptações internas que permitirão a homologação de múltiplos fornecedores para um mesmo item, além do estabelecimento de um padrão de preços que não onere as aquisições dos restaurantes universitários de forma que a própria compra se torne inviável.

7. Considerações Finais

O presente estudo apresentou a importância das políticas agrícolas, especialmente aquelas voltadas à agricultura familiar, que tendem a favorecer a redução da pobreza e desigualdade no meio rural. Além disto, políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos abrem a possibilidade de que os agricultores familiares possam se inserir no mercado institucional público, que é responsável por aquisições de grande vulto.

Para análise de evolução da política em análise, o PAA, optou por um estudo do caso da Universidade Federal do Paraná, que foi pioneira como compradora através do programa e possui restaurantes universitários que atendem grandes volumes de alunos e, conseqüentemente, compra quantias grandes de alimentos.

Verificou-se que a UFPR iniciou suas aquisições através de um piloto com baixos volumes e manteve uma trajetória de crescimento dos seus volumes de aquisição até 2016, porém em volumes ainda longe dos 30% previstos em dispositivos legais.

Recursos administrativos interpostos às chamadas públicas publicadas no ano de 2016, que seriam utilizadas para abastecimento no ano de 2017, levaram a uma interrupção nas aquisições. Além disto, notou-se que algumas questões operacionais precisam de atenção para que os volumes possam chegar aos 30% das aquisições e, potencialmente, até passar este volume.

Percebe-se ainda que um dos principais atrativos da agricultura familiar para os “clientes”, a possibilidade de oferta de produtos orgânicos e agroecológicos, se torna inviável na atual conjuntura econômica, na qual os órgãos públicos passam por forte contingenciamento de despesas.

Desta forma, nota-se que os resultados das compras da UFPR no período pesquisado chegaram a experimentar um período de crescimento, porém acabaram por ser interrompidas, frustrando assim a intenção de se atingir um maior volume de aquisições de gêneros provenientes da agricultura familiar.

Como limitações da pesquisa, se verifica que as aquisições realizadas pela UFPR foram muito localizadas e em baixos volumes, o que não torna possível considerar o recorte obtido como representativo do mercado potencial como um todo. Potenciais temas para pesquisas futuras relacionadas ao assunto seriam o aumento da amostra, expandindo o estudo a outros órgãos públicos que operam aquisições via PAA e uma análise qualitativa que possa

extrair os impactos do programa para os agricultores familiares, através de contato direto e entrevistas com estes.

8. Referências

BRASIL. **Agricultura familiar abastece restaurantes universitários do Paraná.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/10/agricultura-familiar-abastece-restaurantes-universitarios>>. Acesso em 13 jun., 2017.

BRASIL. **Extrato do contrato nº - 154/2012.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 3, pg. 68. Nº 9, segunda-feira, 14 de janeiro de 2013.

BRASIL. **Extratos dos contratos nº - 124/2013, 125/2013 e 126/2013.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 3, pg.100. Nº 58, quarta-feira, 26 de março de 2014.

BRASIL. **Portal da Transparência: Detalhamento Diário das Despesas.** Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/despesasdiarias/>>. Acessos em 19 jun., 2017.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. **Recent development patterns and challenges of Brazilian agriculture.** In: Conference ICRIER/IDRC-CRDI – Emerging Economies in the new world order promises, pitfalls and priorities. New Delhi: Icrier/IDRC-CRDI, 2010.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A., DA SILVA, R. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORD, L. **Promoting Pro-Poor Growth: Lessons from country experiences.** In Poverty In Focus: Analysing and achieving Pro-Poor Growth. International Poverty Centre, p. 10-11 march 2007.

CONTINI, E. **Dinamismo do agronegócio brasileiro.** Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=22>>. Acesso em 04 out., 2017.

DAL LAGO, L. e CORREIA, L. **Entrevista concedida a Bernardo de Almeida Villanueva sobre as compras via PAA na UFPR.** Curitiba, 2017.

D'ASSUMPÇÃO, C. E. **Vocabulário agrário.** Curitiba: Open English House, 1996.

FRANÇA, C. G. e SANCHES, A. P. **A agricultura familiar na nova agenda latino-americana de integração regional e desenvolvimento.** In: Policy in Focus, Volume 12, Edição nº 4, p. 12-14, 2015.

GARCIA, J. R. e VIEIRA FILHO, J. E. R. **Reflexões sobre o papel da política agrícola brasileira para o desenvolvimento sustentável.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2014. Disponível em

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21753>.

Acesso em 09 jun., 2017.

GELINSKI, C. R. O. G. SEIBEL, E. J. **Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. I e 2, p. 227-240, Abril e Outubro de 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HEIDEMANN, F.; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e Modelos de Análise.** Brasília: Editora Unb, 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em 04 out., 2017.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=13&uf=00>>. Acesso em 04 out., 2017.

LOPES, M. A. **Escolhas estratégicas para o agronegócio brasileiro.** Revista de Política Agrícola, Brasília, DF, ano 26, n. 1, p. 151-154, jan./fev./mar. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Brazil: How to invest in agribusiness.** 1ª Edição. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1297776946.pdf>>. Acesso em: 05 jun., 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Brazilian Agribusiness at a glance.** 1ª Edição. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://labexkorea.files.wordpress.com/2010/08/brazilian-agribusiness-at-a-glance1.pdf>>. Acesso em: 05 jun., 2017.

MEDINA, G; NOVAES, E; TEIXEIRA, S. M. **Desenvolvimento local em territórios empobrecidos: possibilidades de inclusão social e produtiva de produtores rurais.** In: Interações (Campo Grande) vol.18 no.1 Campo Grande Jan./Mar. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. PAA **Compra Institucional.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos/compra-institucional>> Acesso em 23 out., 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Programa de Aquisição de Alimentos: Modalidade Compra Institucional (PAA-CI).** Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/cartilha_PAA_2110.pdf> Acesso em 17 jun., 2016.

OLIVEIRA, J. A. e BACCARIN, J. G. **Organização espacial e execução do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar entre 2003-2012.** Revista Equador. Teresina, Vol.5, nº2, p. 120 - 138, jan/jun, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. Ano **Internacional da Agricultura Familiar.** Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/pt/>> Acesso em 23 out., 2017.

PATRIOTA, T. C. *et al.* O crescente reconhecimento da agricultura familiar como parte da solução para o desenvolvimento sustentável: evidência a partir de evoluções recentes. In: Policy in Focus, Volume 12, Edição nº 4, p. 4-8, 2015.

SANTOS, J. A. L. **O conceito de espaço rural e as políticas de governo no Brasil.** Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 95 - 110. Florianópolis, junho de 2011.

TÁVORA, F. L. **A política agrícola brasileira: análise e histórico recente.** Revista de informação legislativa, v. 40, n. 157, p. 153-207, jan./mar. 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Contrato Vigentes.** Disponível em <<http://www.pra.ufpr.br/portal/dsg/contratos-vigentes/>>. Acesso em 16 jun., 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Edital de Chamada Pública n.º 01/2012-GR/PRA.** Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/licitacao/seguranca_alimentar/Chamada%20P%C3%BAblica_UFPR_n%C2%BA_01-2012_arroz_parboilizado.pdf>. Acesso em 16 jun., 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Edital de Chamada Pública n.º 01/2013-GR/PRA.** Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/licitacao/seguranca_alimentar/Chamada%20Pública_UFPR_nº_01-2013_hortifruti_graos_lacteos.pdf>. Acesso em 16 jun., 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Edital de Chamada Pública n.º 01/2015-GR/PRA.** Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/chamadas/Edital%20Chamada%20P%C3%BAblica%20UFPR%20%281%29.pdf>>. Acesso em 16 jun., 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Atividades 2016.** Disponível em <http://www.proplan.ufpr.br/portal/rel_atv/relatorio_de_atividades_2016.pdf>. Acesso em 16 jun., 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Restaurante Universitário – Unidades do RU.** Disponível em <<http://www.pra.ufpr.br/portal/ru/unidades/>>. Acesso em 21 jun., 2017.